

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Há mais de um ano que decorrem trabalhos de prospeção de depósitos minerais em Covas do Barroso (concelho de Boticas) e áreas envolventes.

A prospeção está associada a um projeto de exploração de lítio que se anuncia para a designada Mina do Barroso, sob responsabilidade da empresa Savannah Resources.

De acordo com comunicações públicas da própria empresa, o início da exploração ocorrerá em 2020, numa «operação mineira a céu aberto».

Entretanto, e como resultado dos trabalhos de prospeção já realizados e em curso, o grau de devastação paisagística e ambiental é impressionante, com a realização semanal de várias dezenas de furos que, de acordo com informações da empresa, «podem atingir até 600 m de profundidade».

Os impactes ambientais negativos sobre a paisagem, a fauna, a flora e a vegetação, são uma evidência crescente, como crescentes são as preocupações das populações residentes no domínio da saúde pública, da segurança e do seu bem-estar quotidiano. A decapagem de material vegetal ou as alterações de relevo ocorrem a par do ruído, do uso de explosivos, do trânsito de viaturas pesadas...

É neste quadro, de absoluto desconhecimento do projeto por parte das populações, que se anunciam trabalhos de exploração a céu aberto, com a abertura de crateras com várias centenas de metros de diâmetro e cerca de 100 metros de profundidade, o desvio do rio, trabalhos a decorrerem durante 24 horas ao dia e novas áreas de prospeção e exploração...

Um aspeto, em todo este processo, é verdadeiramente surpreendente: a falta de informação às populações locais e o seu quase absoluto desconhecimento do projeto, ao mesmo tempo que são confrontadas com a agressividade e a devastação dos trabalhos de prospeção em curso e a preocupante dimensão das ações que se anunciam para o curto prazo.

Esta falta de informação, nomeadamente por parte dos Serviços do Estado, não reflete apenas falta de transparência: configura um desrespeito inaceitável aos residentes de Covas do Barroso e das aldeias e lugares envolventes.

Os deputados do PSD abaixo assinados não se conformam com esta falta de esclarecimento às populações – e, ao que tudo indica, aos próprios órgãos autárquicos –, exigindo transparência e clarificação por parte do Governo, nomeadamente quanto às autorizações existentes e aos conteúdos e alcance das licenças (áreas de prospeção e tipo de trabalhos/ações autorizados), bem como dos estudos de salvaguarda ambiental e de saúde pública.

Nestes termos, os deputados do PSD abaixo assinados, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, vêm por este meio requerer ao Ministro do Ambiente e da Transição Energética, por intermédio de V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>, os esclarecimentos e a disponibilização – com a urgência que o caso exige – dos seguintes documentos:

1. Cópia de todas as licenças e ou autorizações relativas aos trabalhos de prospeção já realizados e em curso na zona de Covas do Barroso (concelho de Boticas) e áreas envolventes, incluindo o perímetro da(s) área(s) concessionada(s) e tipo e características dos trabalhos autorizados.
2. Indicação dos estudos de avaliação ambiental ou de incidências ambientais já realizados.
3. Cópia de eventuais pedidos que se encontrem em avaliação por parte do Governo, relativos a novos trabalhos de prospeção ou exploração.
4. Cópias dos pareceres ou relatórios, produzidos pelos Serviços do Estado, relativos à fiscalização e acompanhamento dos trabalhos de prospeção, assegurando o cumprimento das autorizações em vigor.

Palácio de São Bento, 7 de dezembro de 2018

Deputado(a)s

MARIA MANUELA TENDER(PSD)

JOSÉ CARLOS BARROS(PSD)